

Ricardo Couto de Castro*

Justiça que chega antes

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro consolidou uma agenda orientada por três vetores indissociáveis: eficiência, segurança e acessibilidade. A modernização foi tratada como política pública, não como vitrine, com a finalidade de reduzir a distância entre a Justiça e o cotidiano do cidadão em um estado de demandas complexas e realidades sociais diversas.

Na frente tecnológica, avançou a expansão do eproc, sistema de processamento eletrônico, para novas competências, com prioridade para a área cível e progressos no segundo grau, ampliando padronização, estabilidade e transparência do trâmite processual. Em complemento, o Assis — assistente jurídico com inteligência artificial desenvolvido no Tribunal — teve sua atuação ampliada para apoiar rotinas na 1ª e na 2ª instâncias, contribuindo para minutas, relatórios e recuperação de informações processuais, sempre sob supervisão humana e com governança.

No campo da gestão, medidas estruturantes buscaram dar racionalidade ao fluxo de trabalho. A distribuição igualitária de processos nas varas cíveis da Capital enfrentou distorções históricas e promoveu maior equilíbrio entre unidades de mesma competência. O efeito esperado é direto: mais previsibilidade, redução de gargalos e resposta mais uniforme ao jurisdicionado, sem que o tempo de espera dependa do local de protocolização.

A prestação jurisdicional também se aprimorou no ambiente virtual, em consonância com diretrizes nacionais. O avanço das sessões virtuais, com salvaguardas de participação e acompanhamento, reforçou a transparência e a equivalência de garantias, preservando a seriedade do julgamento e ampliando possibilidades de acesso, especialmente para quem enfrenta barreiras de deslocamento e custo.

A proteção do cidadão foi além dos autos. Diante do golpe do falso advogado, foram adotadas medidas como marca d'água em documentos baixados e autenticação multifator para usuários externos, além de cooperação com instituições de segurança pública para fortalecer prevenção e investigação. Em paralelo, a implementação das Varas das Garantias avançou com novas unidades em regiões estratégicas, reforçando a legalidade na fase pré-processual. Somou-se a isso a integração a serviços nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o DJEN e o Domicílio Judicial Eletrônico, consolidando interoperabilidade e transparência.

O balanço de 2025 indica uma direção consistente: modernizar para servir melhor, com responsabilidade, objetividade e foco permanente na efetividade dos direitos.

***Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)**

Alfredo Lopes*

Um ano de resultados concretos para o turismo

Encerramos mais um ano de muita articulação e trabalho com a convicção de que o turismo e a hotelaria seguem firmes como pilares estratégicos do setor de serviços e da economia do Rio de Janeiro. Foi um período de diálogo permanente e foco em resultados, sempre com o objetivo de fortalecer o destino, gerar empregos e ampliar a competitividade do setor.

Atuamos de forma integrada com o poder público, especialmente por meio das Secretarias de Turismo, para posicionar o Rio de Janeiro com campanhas bem direcionadas de promoção do destino nos mercados estratégicos. O efeito foi direto e mensurável: a cidade recebeu 2 milhões de turistas estrangeiros até novembro de 2025, um crescimento expressivo de mais de 35% em relação a 2024 e quase 50% na comparação com 2023. Esse avanço não acontece por acaso. Ele é fruto de planejamento, articulação institucional e trabalho contínuo de promoção do Rio no Brasil e no exterior.

Também avançamos de forma consistente na atração de grupos de alto padrão do segmento MICE. Por meio do programa Procap, iniciativa do HotéisRIO e da ABIH-RJ, recebemos importantes players do mercado nacional e internacional para apresentar o enorme potencial do Rio de Janeiro para eventos, congressos e convenções. Esse é um segmento estratégico, que gera negócios, movimenta a hotelaria durante a semana, impulsiona outros serviços da cadeia do turismo e deixa um legado econômico sólido para a cidade.

Na gestão de pessoas, temos a clareza de que investir em treinamento não é discurso, é estratégia. Promovemos encontros técnicos, fóruns estratégicos e ações voltadas à qualificação profissional, com o objetivo de elevar o padrão do serviço e fortalecer a competitividade do setor. Em parceria com a Prefeitura, por meio da Secretaria de Trabalho e Renda, realizamos com grande sucesso as feiras de empregabilidade “Trabalha Rio Hotéis”. É geração de emprego, renda e inclusão produtiva na prática, com impacto direto na vida das pessoas e no desenvolvimento da cidade.

No campo legislativo, os desafios continuam. Quando o assunto é hospedagem por plataformas, nossa posição sempre foi clara e responsável. Participamos ativamente de reuniões, audiências públicas e diálogos com os poderes executivo e legislativo, defendendo uma regulamentação justa. Não se trata de ser contra a inovação, mas de garantir concorrência equilibrada, crescimento ordenado e segurança jurídica para quem investe, gera empregos e cumpre regras. Outro pleito pelo qual temos trabalhado é a manutenção do Perse para o setor hoteleiro, tendo em vista que alguns CNPJs estão realizando a devolução de valores de benefícios recebidos indevidamente, o que pode propiciar uma extensão do Perse para a hotelaria.

A segurança segue como prioridade absoluta. Mantivemos diálogo permanente com as forças de segurança pública e promovemos diversos encontros para discutir soluções e aprimorar a proteção de turistas e trabalhadores do setor. Nesse contexto, recebemos com muita confiança o anúncio do governador Cláudio Castro sobre o reforço da segurança nas áreas de interesse turístico, justamente no início da temporada de verão, período crucial para a atividade.

Seguimos adiante com esta diretoria, agora reeleita para o próximo triênio, com o mesmo compromisso e a mesma disposição: defender um dos setores que mais empregam, mais arrecadam e mais contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro.

***Presidente do HotéisRIO e presidente do Conselho da ABIH-RJ**

Antonio Florencio de Queiroz Junior*

Avanços estruturais e a defesa do ambiente de negócios no Rio de Janeiro, em 2025

O ano de 2025 apresentou desafios relevantes para a economia fluminense, mas também consolidou avanços estruturais importantes para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. À frente da Fecomércio RJ, conduzimos uma agenda firme de defesa do comércio, dos serviços e do turismo, com foco na melhoria do ambiente de negócios, na responsabilidade fiscal e na preservação da atividade produtiva e do emprego.

Um dos principais marcos do período foi a consolidação do sistema Tax Free no Brasil e sua regulamentação no Estado do Rio de Janeiro. A Fecomércio RJ teve papel decisivo na inclusão do mecanismo na reforma tributária e na articulação institucional que viabilizou sua implementação. O Tax Free alinha o país às melhores práticas internacionais, fortalece o turismo de compras e amplia a competitividade do comércio fluminense. Estudos do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) indicam que a medida pode elevar os gastos de turistas estrangeiros no estado de US\$ 212 milhões para US\$ 411 milhões ao ano, com impacto superior a R\$ 2 bilhões na economia fluminense.

Ao longo de 2025, a Federação também atuou de forma consistente no debate fiscal estadual. Diante da discussão sobre a elevação do Fundo Orçamentário Temporário (FOT), defendemos prudência e a adoção de alternativas capazes de ampliar a arrecadação sem aumento da carga tributária. A economia brasileira já está em processo de desaceleração por conta do forte aumento da taxa de juros. Qualquer iniciativa que eleve ainda mais os custos para as empresas pode agravar esse quadro.

Com base nessa avaliação, a Fecomércio RJ encaminhou ao Governo do Estado um conjunto de propostas

voltadas ao fortalecimento fiscal com estímulo à atividade econômica. Entre elas estão a internalização do Convênio ICMS nº 69/2025, que viabiliza um novo Refis estadual; a adoção da transação tributária prevista no Convênio ICMS nº 210/2023; a adequação do ICMS sobre importações via remessas postais, conforme o Convênio ICMS nº 135/2024; além do reforço ao combate à sonegação, do estímulo à formalização da economia e do aumento da eficiência dos gastos públicos.

A proposta do novo Refis do ICMS, materializada no Projeto de Lei nº 41/2025, chega em momento estratégico. O programa prevê parcelamento em até 90 meses e descontos de até 95% sobre juros e multas para pagamentos à vista, colocando o Rio de Janeiro entre os estados com condições mais competitivas do país. A possibilidade de utilização de créditos líquidos e precatórios para amortização de débitos inscritos em dívida ativa representa um avanço relevante, alinhado a práticas já adotadas por outros estados brasileiros.

Mais do que um instrumento arrecadatório, o novo Refis deve ser compreendido como política de competitividade regional. Ao facilitar a regularização de passivos tributários, reduz a insegurança jurídica, melhora o fluxo de caixa das empresas, amplia a capacidade de investimento e contribui para a manutenção de empregos.

Em 2025, a Fecomércio RJ reafirmou seu compromisso com o diálogo institucional e com a construção de soluções técnicas e responsáveis, essenciais para um ambiente de negócios mais moderno, previsível e competitivo no Estado do Rio de Janeiro.

***Presidente da Fecomércio RJ**